

Coordenação: HERMES ZANETI JR.  
TRÍCIA NAVARRO XAVIER CABRAL

# JUSTIÇA MULTIPORTAS

Mediação, Conciliação, Arbitragem  
e outros meios adequados de solução de conflitos

**3<sup>a</sup> edição**

Revista, atualizada  
e ampliada

2022



[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Luiz Fernando Romeu ([lfnando\\_38@hotmail.com](mailto:lfnando_38@hotmail.com))

**Capa:** Maitê Coelho ([maitescoelho@yahoo.com.br](mailto:maitescoelho@yahoo.com.br))

J96      Justiça multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios adequados de solução de conflitos / Hermes Zaneti Jr. e Trícia Navarro Xavier Cabral – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.  
1248 p

Vários autores.

Bibliografia.

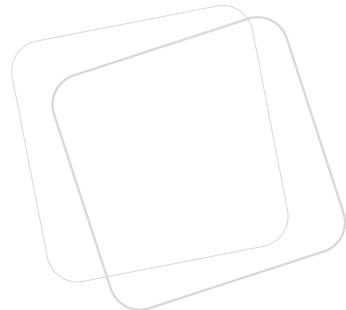
ISBN 978-65-5680-695-2.

1. Justiça Multiportas. 2. Mediação, Conciliação, Arbitragem. 3. Decisões judiciais: espécies e formas. I. Zaneti Jr., Hermes. II. Trícia, Navarro Xavier Cabral. III. Título.

CDD 342.6643

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



# SUMÁRIO

## TEORIA GERAL DA JUSTIÇA MULTIPORTAS

<b>1. É URGENTE CONSTRUIR ALTERNATIVAS À JUSTIÇA .....</b>	33
<i>José Renato Nalini</i>	
<b>2. ACESSO À JUSTIÇA E SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS DE INTERESSES .....</b>	41
<i>Kazuo Watanabe</i>	
I. Importância do estudo dos conflitos de interesses e das estratégias e técnicas adequadas de sua prevenção e solução como capítulo do Direito Processual Civil .....	41
II. Conflitos de interesses não canalizados para o Poder Judiciário.....	43
III. Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses.....	46
IV. Atualização do conceito de acesso à justiça.....	47
V. Transformação da “cultura da sentença” em “cultura da pacificação”.....	48
<b>3. GESTÃO JUDICIAL E SOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO .....</b>	49
<i>Henrique Ávila e Trícia Navarro Xavier Cabral</i>	
1. Introdução.....	49
2. Governança judicial .....	51
3. O fortalecimento de mecanismos legítimos de solução adequada de conflito ...	53
4. Reflexos da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos..	54
5. Análise prospectiva do tema.....	57
6. Referências.....	57
<b>4. BREVE ENSAIO SOBRE A POSTURA DOS ATORES PROCESSUAIS EM RELAÇÃO AOS MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS .....</b>	59
<i>Rodrigo Mazzei e Bárbara Seccato Ruis Chagas</i>	
1. Introdução.....	59
2. As partes .....	61
3. Os auxiliares da justiça: conciliadores e mediadores .....	66
3.1 Outros auxiliares da justiça: o oficial de justiça.....	69
4. Advogados, defensores públicos e Ministério Público .....	70
5. O juiz .....	75

6.	Breve fechamento.....	77
	Referências.....	77
<b>5.</b>	<b>MAGISTRATURA &amp; MEDIAÇÃO .....</b>	<b>81</b>
	<i>Juliana Loss de Andrade</i>	
1.	Generalidades.....	81
2.	Magistrados e o início da mediação.....	82
3.	Magistrados e o processo de mediação.....	84
4.	Magistrados e o fim da mediação.....	85
5.	Considerações Finais.....	87
<b>6.</b>	<b>REFLEXÕES SOBRE A NEGOCIAÇÃO E A MEDIAÇÃO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>89</b>
	<i>Luciano Badini</i>	
1.	Introdução.....	89
2.	As ondas de acesso à justiça.....	90
3.	A moderna teoria do conflito e o Ministério Público.....	91
4.	Negociação, mediação e conciliação na Resolução CNMP nº 118/2015 .....	92
5.	O novo CPC e o Ministério Público.....	94
6.	A lei de mediação e o Ministério Público.....	96
<b>7.</b>	<b>DE FISCAL DA LEI A FISCAL DA ORDEM JURÍDICA. A SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS COMO NOVO ESPAÇO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>99</b>
	<i>Alexandre Sikinowski Saltz</i>	
<b>8.</b>	<b>A (IN)DISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO: CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS (COMPOSIÇÕES EM JUÍZO, PRERROGATIVAS PROCESSUAIS, ARBITRAGEM, NEGÓCIOS PROCESSUAIS E AÇÃO MONITÓRIA) – VERSÃO ATUALIZADA PARA O CPC/2015 .....</b>	<b>113</b>
	<i>Eduardo Talamini</i>	
1.	Introdução.....	114
2.	O direito material: a indisponibilidade do interesse público, seu núcleo essencial e suas gradações.....	114
3.	O dever de submissão à legalidade, independentemente de determinação judicial .....	115
4.	O princípio geral da não-necessidade da intervenção jurisdicional nas relações de direito público.....	116
5.	Indisponibilidade do direito material <i>versus</i> indisponibilidade da pretensão à tutela jurisdicional estatal.....	117
6.	O direito processual.....	117
6.1.	Os mecanismos estritamente processuais de indisponibilidade.....	118
6.2.	O dever de a Administração cumprir suas obrigações permanece depois de instaurado o processo judicial .....	119

7.	A eventual renúncia a direitos pelo particular, na composição com a Administração.....	120
8.	Limites e condicionantes à composição em exame.....	121
9.	Transação propriamente dita.....	122
10.	Arbitragem e Poder Público .....	123
10.1.	O requisito da "disponibilidade" .....	123
10.2.	O requisito da patrimonialidade .....	125
10.3.	Síntese .....	126
10.4.	Panorama doutrinário e jurisprudencial.....	126
11.	Negócios processuais e Administração Pública.....	128
12.	Ação monitória e Fazenda Pública.....	129
13.	Encerramento .....	131
<b>9.</b>	<b>TRANSAÇÃO DE DIREITOS INDISPONÍVEIS? .....</b>	<b>133</b>
	<i>Elton Venturi</i>	
1.	O enigma dos direitos indisponíveis.....	133
2.	Autotutela e direitos indisponíveis .....	136
3.	Direitos indisponíveis, adjudicação pública e meios alternativos de resolução de conflitos .....	138
4.	Transação e direitos indisponíveis.....	141
5.	O controle sobre a livre manifestação das vontades dos titulares dos direitos indisponíveis e a ponderação sobre a razoabilidade do procedimento negocial .....	146
5.1.	O meio ambiente é negociável?.....	148
5.2.	A probidade administrativa é negociável?.....	150
5.3.	A liberdade individual e a pretensão punitiva estatal são negociáveis? .....	153
6.	Disponibilidade dos direitos indisponíveis? .....	157
	Referências bibliográficas.....	159
<b>10.</b>	<b>JUSTIÇA MULTIPORTAS E TUTELA ADEQUADA EM LITÍGIOS COMPLEXOS: A AUTOCOMPOSIÇÃO E OS DIREITOS COLETIVOS .....</b>	<b>161</b>
	<i>Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr.</i>	
1.	Generalidades. Justiça Multiportas ( <i>Multi-door Justice</i> ) como justiça adequada.....	162
2.	Da alternatividade à adequação.....	163
3.	Da possibilidade de autocomposição nos processos coletivos e da impossibilidade de renúncia ao direito em que se funda a ação coletiva.....	164
4.	O compromisso de ajustamento de conduta: extrajudicial e judicial.....	166
4.1.	Generalidades .....	166
4.2.	Órgãos públicos legitimados: Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública (legitimados para o compromisso extrajudicial ou judicial) e os demais colegitimados (legitimados para o compromisso judicial).....	169
4.3.	A concreção de direitos e deveres a partir dos compromissos de ajustamento de conduta.....	170
5.	Audiência preliminar de mediação ou conciliação (art. 334, CPC).....	171
6.	Negócios jurídicos processuais coletivos.....	173
7.	A autocomposição em ação de improbidade administrativa .....	174

7.1.	A revogação do art. 17, §1º, Lei n. 8.429/1992. A necessária interpretação histórica. A colaboração premiada e o acordo de leniência como negócios jurídicos processuais atípicos no processo de improbidade administrativa.....	174
7.2.	A autocomposição e o pedido de resarcimento ao erário.....	176
8.	Controle da autocomposição pelo juiz. O dever de controle do mérito do acordo e da legitimação adequada.....	177
9.	Limites à autocomposição nos processos coletivos.....	179
10.	Outras ponderações contra o acordo judicial: fiscalização do desequilíbrio econômico e de informações entre as partes.....	180
11.	O princípio da primazia do julgamento de mérito, tutela integral do direito, disparidade econômica e a necessidade de produção de prova adequada para a conciliação ou mediação: coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i> .....	181
12.	A possibilidade de impugnação pelos colegitimados por meio do recurso de terceiro interessado e outras ações de impugnação autônomas.....	182
13.	Design de Sistemas de Disputas (DSD).....	183
14.	Conclusões.....	185
<b>11. O ACORDO REALIZADO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO NAUFRÁGIO DO NÁO HAIÐAR EM BARCARENA/PA AOS OLHOS DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....</b>		189
<i>Debora da Silva Vieira, Jean Carlos Dias e Gisele Santos Fernandes Góes</i>		
Introdução .....		190
1.	Síntese fática do caso do naufrágio do Haidar e seu desdobramento: a transação realizada na ação civil pública.....	191
2.	A transação no Código de Processo Civil explorada sob a ótica da análise econômica do direito.....	194
3.	A escolha racional <i>versus</i> a assimetria de informações e os consequentes vieses .....	197
4.	O exame do acordo realizado na ação civil pública aos olhos da análise econômica do direito e suas possíveis e problemáticas consequências.....	199
4.1.	Um breve cotejo sobre os fundamentos do direito ambiental: os princípios prudenciais do poluidor-pagador, da prevenção e da precaução.....	199
4.2.	Os vieses dos legitimados ativos ao firmar o acordo na ação civil pública do caso do navio Haidar .....	200
Considerações finais .....		204
Referências bibliográficas .....		205
<b>12. CONFLITUALIDADE IMANENTE E RESOLUTIVIDADE CONSTRUÍDA: PERSPECTIVAS DA LEI DE MEDIAÇÃO SOB AS LENTES DA ORALIDADE.....</b>		209
<i>Emerson Garcia</i>		
1.	Aspectos Introdutórios .....	209
2.	A conflitualidade imanente à condição humana.....	213
3.	A resolutividade construída pelo mediador .....	217
Epílogo .....		221
Referências bibliográficas .....		222

<b>13. NEGOCIAÇÃO DIRETA OU RESOLUÇÃO COLABORATIVA DE DISPUTAS (COLLABORATIVE LAW): "MEDIAÇÃO SEM MEDIADOR" .....</b>	225
<i>Antonio do Passo Cabral e Leonardo Carneiro da Cunha</i>	
1. Apresentação .....	226
2. Breves notas sobre a mediação e a conciliação .....	227
3. A negociação direta ou resolução colaborativa de disputas: do <i>common law</i> ao Brasil .....	230
4. Vantagens da resolução colaborativa .....	234
5. Convenção de procedimento participativo francesa .....	235
6. Aplicabilidade da resolução colaborativa de conflitos ao direito processual brasileiro .....	237
7. Possibilidade de utilização da técnica por órgãos públicos: Defensorias Públicas, Advocacia Pública, Ministério Público. Aplicabilidade pelos Escritórios-Modelo e Núcleos de Prática Jurídica das Faculdades de Direito .....	237
8. Conclusão .....	238
9. Bibliografia .....	238
<b>14. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO SECRETÁRIO DE REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO: SOBRE A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE UM EXÉRCITO DE MEDIADORES .....</b>	241
<i>Fernando Gama de Miranda Netto e Stela Tannure Leal</i>	
1. Introdução .....	241
2. Fundamentação teórica .....	242
3. Quebra-cabeças na análise do discurso crítica .....	243
3.1. Análise textual .....	243
3.2. Análise da prática discursiva .....	250
3.3. Análise da prática social .....	252
4. Dominação da profissão do mediador pela voz da toga .....	254
5. Um fabuloso mercado .....	254
6. Considerações finais .....	256
7. Referências .....	256
<b>15. PUNTO DE VISTA: MARC/ADR Y DIVERSIDAD DE CULTURAS: EL EJEMPLO LATINOAMERICANO .....</b>	259
<i>Eduardo Oteiza</i>	
1. Las dificultades de una visión que abarque diferentes países y subregiones .....	259
2. América Latina. Decepciones y esperanzas .....	261
3. Imprecisiones conceptuales. La imposición de un acrónimo y la relatividad de las fronteras entre los MARC .....	265
4. El acceso a la justicia como un problema de política pública cuya solución debe tener presente razones sustantivas y contemplar desigualdades .....	269
5. Crisis de confianza en el Servicio de Justicia y los mecanismos alternativos como una parte de un plan de reformas. Iniciativas de ayuda internacional y los MARC .....	271

6.	El desarrollo de los MARC en América Latina. La incidencia de los programas de apoyo a los MARC.....	274
7.	Conclusión .....	278
<b>16. LA MEDIAZIONE NELLE LEGISLAZIONI STRANIERE</b>		279
<i>Remo Caponi</i>		
La Francia.....		279
L'Inghilterra.....		280
La Germania.....		280
L'Austria.....		280
Riflessioni.....		281
<b>17. NOTAS SOBRE CONCILIADORES E CONCILIAÇÃO</b>		283
<i>Mauro Cappelletti (Trad. e Revisado por Hermes Zaneti Jr.)</i>		
<b>18. O ACESSO AO SISTEMA JUDICIAL E OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS: ALTERNATIVIDADE EFECTIVA E COMPLEMENTARIEDADE</b>		297
<i>Paula Costa e Silva</i>		
1.	Ponto de ordem.....	297
2.	O tema .....	299
3.	Os meios alternativos pré-contenciosos.....	306
4.	O princípio de <i>minimis non curat praetor</i> e a jurisdição dos julgados de paz.....	308
5.	A preferência da autonomia face à heteronomia.....	309
6.	A arbitragem e o sistema judicial .....	311
7.	O actual ponto de ruptura do direito de acção: o direito à satisfação efectiva....	312
<b>19. CONCILIAÇÕES E ARBITRAGENS NO BRASIL DO SÉCULO XIX</b>		313
<i>Adriana Pereira Campos</i>		
1.	Introdução.....	313
2.	Conciliação e Arbitragem: a Tradição Lusitana.....	314
3.	A Conciliação e a Arbitragem como Ato Judicial.....	316
4.	A Prática da Conciliação e da Arbitragem no Brasil Império.....	319
5.	Conclusões.....	324
Referências .....		324
Documentos.....		324
Bibliografia .....		325
<b>20. NOVAMENTE O PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO E OS MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS</b>		327
<i>Diogo Rezende de Almeida</i>		
1.	Prólogo .....	327
2.	Considerações iniciais .....	329
3.	Métodos de solução de conflitos.....	331

4.	Mediação compulsória.....	333
5.	Princípio da adequação.....	341
5.1.	Das limitações dos métodos impositivos .....	341
5.2.	Aplicação do princípio da adequação nos métodos de solução de conflitos.....	342
	5.2.1. Os sistemas de método único e de multiportas.....	344
6.	Conclusão.....	347
7.	Referências Bibliográficas.....	348

## **21. O ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS: ENTRE O APROFUNDAMENTO DAS SOLUÇÕES DE CONFLITO E O POSTERGAMENTO DAS SOLUÇÕES DE CONSENTO.....**

*Hugo Luz dos Santos*

§§ 1.	Introdução: a fadiga dos mecanismos formais de controlo e o olvido dos mecanismos informais de controlo .....	352
§§ 2.	Mecanismos formais de controlo: em busca de uma nova cultura judiciária que alçapreme a substância e «meta a forma no bolso».....	354
§§ 3.	O acesso ao direito e aos tribunais como afloramentos da dignidade da pessoa humana e como direitos fundamentais positivados: a tese da necessidade (Robert Alexy) .....	356
§§ 3.1.	A ponderação casuística entre o direito de acção e o direito a uma decisão em prazo razoável: a relação de mútua implicação entre os direitos fundamentais positivados e o modo temporalmente côngruo de os exercer em juízo.....	358
§§ 3.2.	Os desdobramentos dos direitos fundamentais positivados (tutela jurídico efectiva e o direito de acção): a vertente subjectiva; a vertente objectiva; a vertente funcional e a vertente temporal.....	359
§§ 3.2.1.	A vertente subjectiva.....	359
§§ 3.2.2.	A vertente objectiva.....	359
§§ 3.2.3.	A vertente funcional .....	360
§§ 3.2.4.	A vertente temporal.....	360
§§ 4.	«Message in a bottle» para o legislador de Macau: O princípio da gestão processual terá de se voltar mais para o mérito da causa e menos para a forma: o <i>case management</i> inglês e a gestão material do processo ( <i>materieller Verfahrensleitung</i> ) .....	361
§§ 5.	Os mecanismos informais de controlo: a instância processual é uma relação jurídica complexa de direito público e uma comunidade de trabalho ( <i>Arbeitsgemeinschaft</i> ) que não dispensa o consenso.....	365
§§ 5.1.	O consenso como artefacto comunicativo (Niklas Luhmann) e como uma comunidade de comunicação ideal (Jürgen Habermas) no processo civil ....	367
§§ 6.	Conclusões.....	368

## **22. THE MODERN CIVIL PROCESS IN ENGLAND: LINKS BETWEEN PRIVATE AND PUBLIC FORMS OF DISPUTE-RESOLUTION.....**

*Neil Andrews*

1.	Introduction .....	371
2.	'Need for more focus': court litigation and the woolf reforms.....	372

3.	Mediation and arbitration distinguished .....	379
4.	Links between mediation, arbitration, and court litigation.....	379
5.	Arbitration .....	383
6.	Mediation.....	391
7.	Conclusion .....	395

## **23. THE IMPLEMENTATION OF THE CONSUMER ADR DIRECTIVE IN BELGIUM ..... 397**

*Stefaan Voet*

A.	Introduction .....	397
B.	Scope of Application.....	399
C.	Internal Complaints Procedures.....	400
D.	Consumer Mediation Service.....	401
1.	Structure and Functioning.....	401
2.	Tasks.....	404
3.	Procedure.....	406
E.	ADR Entities .....	408
1.	Overview .....	408
2.	Act of 4 April 2014 .....	411
F.	Belmed .....	415
G.	Conclusions .....	417
H.	Bibliography .....	419
	Literature .....	419
	Legislation .....	420
	Articles 1676-1723 Belgian Code of Civil Procedure.....	420
	Abstract .....	421
	Keywords .....	421

## **24. RISOLUZIONE DELLE CONTROVERSIE E ALTERNATIVE AL PROCESSO: UN'INTRODUZIONE TEORICA..... 423**

*Elisabetta Silvestri*

1.	Introduzione.....	423
2.	Cenni sulla storia moderna dei metodi alternativi.....	424
3.	Vantaggi e svantaggi delle alternative al processo.....	427
4.	Ipotesi di classificazione dei metodi di risoluzione delle controversie.....	428
	Bibliografia essenziale .....	430

## **JUSTIÇA MULTIPORTAS NO CPC**

## **25. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A LEI DE MEDIAÇÃO E O CPC/2015 ..... 433**

*Trícia Xavier Cabral*

1.	A evolução legislativa da mediação .....	433
2.	Principais aspectos da Lei de Mediação.....	437
3.	A mediação e o novo CPC .....	439
4.	Comparativo entre a Lei de Mediação e o CPC/2015 .....	440
4.1.	Incidência e conceito da mediação.....	440
4.2.	Escolha do mediador e princípios .....	441

4.3.	Objeto da mediação e a atividade dos mediadores .....	441
4.4.	Impedimento e suspeição do mediador.....	442
4.5.	Da impossibilidade do exercício da mediação .....	442
4.6.	O tratamento dos mediadores.....	443
4.7.	Do procedimento.....	445
4.8.	A confidencialidade.....	449
4.9.	Mediação e Administração Pública .....	449
4.10.	Disposições gerais.....	450
5.	Direito intertemporal .....	450
6.	Referências.....	452
<b>26. O NOVO CPC E O MODELO MULTIPORTAS: OBSERVAÇÕES SOBRE A IMPLA- TAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA</b>		455
<i>João Luiz Lessa Neto</i>		
1.	Introdução.....	455
2.	O modelo multiportas no NCPC.....	458
3.	A implementação dos meios alternativos: os desafios .....	459
3.1.	O desafio estrutural .....	460
3.2.	O desafio educacional ou de formação .....	460
3.3.	O desafio cultural.....	463
4.	Algumas observações sobre a implementação do modelo multiporta e a posição dos tribunais na vigência do NCPC.....	466
5.	Conclusões: enfrentando os desafios.....	467
<b>27. A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PRO- CESSO CIVIL</b>		469
<i>Aluísio Gonçalves de Castro Mendes e Guilherme Kronemberg Hartmann</i>		
1.	Aspiração legislativa e comparações rituais .....	469
2.	Figura do conciliador e do mediador e sua escolha.....	472
3.	Procedimento .....	473
3.1.	Presença e ausência.....	473
3.2.	Designação e realização.....	474
3.3.	Adiamento e dispensa .....	477
3.4.	Litisconsórcio passivo.....	480
3.5.	Pauta de audiência: intervalo mínimo entre as sessões; fracionamento da sessão e realização por meio eletrônico .....	481
4.	Realização da audiência de conciliação ou de mediação nos procedimentos especiais .....	482
5.	Palavras finais .....	484
	Referências .....	484
<b>28. EXISTE POSSIBILIDADE DE ACORDO NO NOVO CPC?</b>		487
<i>Irapuã Santana do Nascimento da Silva</i>		
I.	Introdução.....	487

II.	Aplicabilidades da mediação/conciliação .....	488
III.	Das barreiras da negociação.....	491
IV.	Princípio da igualdade.....	492
V.	Política de mediação/conciliação.....	492
VI.	Vícios de vontade .....	496
VII.	Conclusão.....	499
	Referências bibliográficas.....	499
<b>29.</b>	<b>CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS MÉTODOS AUTO-COMPOSITIVOS DE CONFLITO – NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO .....</b>	<b>505</b>
	<i>Paulo Valério Dal Pai Moraes</i>	
1.	Introdução.....	505
2.	Breves considerações sobre o conflito .....	509
3.	Métodos autocompositivos – negociação, mediação e conciliação.....	511
3.1.	Negociação.....	511
3.2.	Mediação .....	514
3.3.	Conciliação .....	517
4.	Métodos autocompositivos e o Ministério Público .....	518
	Bibliografia.....	523
<b>30.</b>	<b>A AUDIÊNCIA DO ART. 334 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS PRIMEIROS ANOS DE EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS: AFRONTA À VOLUNTARIEDADE OU INCENTIVO AOS MEIOS CONSENSUAIS .....</b>	<b>525</b>
	<i>Ana Cândida Menezes Marcato</i>	
1.	A expansão dos meios de resolução de conflito.....	525
2.	O Atual código de processo civil e o estímulo ao sistema multiportas de resolução de conflitos.....	528
3.	A voluntariedade na mediação e a audiência do art. 334, CPC.....	529
4.	A adequada interpretação sistemática.....	532
5.	Primeiras experiências práticas .....	533
	Referências Bibliográficas .....	535
<b>31.</b>	<b>AUDIÊNCIA(S) E SESSÃO(ÕES) DE MEDIAÇÃO NA LEI DE MEDIAÇÃO (LEI Nº 13.140/2015) E NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO (LEI Nº 13.105/2015).....</b>	<b>537</b>
	<i>Mauricio Vasconcelos Galvão Filho</i>	
1.	Introdução.....	537
2.	Da audiência de mediação .....	541
3.	Da sessão de mediação.....	543
4.	Da ausência de melhor método e da existência do meio mais adequado.....	544
5.	Da primeira audiência judicial de mediação como audiência facultativa de pré-mediação: da adequada interpretação do artigo 334 do Código de Processo Civil de 2015.....	545
6.	Da audiência ou sessão de pré-mediação ou inicial.....	549

---

7.	Uma análise mais detalhada das audiências ou sessões de mediação.....	551
8.	Do termo de adesão a mediação: sua importância, a questão do sigilo e os seus requisitos mínimos.....	554
9.	Do término da mediação e da lavratura do termo de conclusão da mediação (com acordo ou sem acordo).....	555
10.	Considerações finais.....	556
<b>32. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS SOBRE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO .....</b>		559
<i>Júlia Lipiani e Marília Siqueira</i>		
1.	Considerações introdutórias .....	559
2.	Negócio jurídico processual .....	561
2.1.	Conceito .....	561
2.2.	A cláusula geral de negócio processual no Código de Processo Civil.....	563
3.	Os negócios jurídicos processuais acerca da mediação e da conciliação.....	566
3.1.	Negócios jurídicos processuais sobre o mediador ou conciliador e sobre a câmara privada de mediação ou conciliação.....	566
3.2.	Negócios jurídicos processuais sobre o procedimento de mediação ou conciliação .....	568
3.3.	Negócios jurídicos processuais sobre as situações jurídicas dos sujeitos envolvidos na mediação ou conciliação .....	571
4.	Síntese conclusiva.....	578
	Referências bibliográficas.....	580
<b>33. CONCILIAÇÃO – AS TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E A NOVA POLÍTICA JUDICIÁRIA INSTITUÍDA PELO CPC/2015 NA JUSTIÇA FEDERAL .....</b>		583
<i>Américo Bedê Júnior e Cristiane Conde Chmatalik</i>		
	Introdução. Da heterocomposição às técnicas alternativas de resolução do conflito. ....	583
1.	A importância da negociação como técnica de resolução de conflitos.....	585
2.	Mediação e conciliação: diferenças conceituais .....	587
3.	A conciliação na Justiça Federal da 2ª Região – Rio de Janeiro e Espírito Santo.....	589
4.	A Nova Lei de Mediação: breves reflexões .....	591
5.	O Código de Processo Civil e a Conciliação .....	592
6.	Conclusão. Da esperança de uma nova prática consensual no judiciário brasileiro.....	594
<b>34. JUSTIÇA MULTIPORTAS E O PROCEDIMENTO DE PRODUÇÃO “ANTECIPADA” DE PROVAS SEM REQUISITO DE URGÊNCIA NO NOVO CPC: A TEORIA DOS JOGOS E A IMPOSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO SEM CALCULABILIDADE DE RISCOS .....</b>		597
<i>Vitor de Paula Ramos</i>		
	Introdução.....	598
1.	Algumas premissas .....	599
1.1.	A produção antecipada de provas sem requisito de urgência no novo CPC como forma, em tese, de aumento de chance de acordos .....	599
1.2.	A teoria dos jogos e a produção antecipada de provas como jogo.....	601

2.	O jogo e os resultados: sem calculabilidade não há escolhas racionais.....	605
2.1.	Os payoffs da produção “antecipada” e do processo judicial com e sem calculabilidade.....	605
2.2.	Os precedentes, as cortes supremas e a valoração racional da prova: algumas condições necessárias para que a produção “antecipada” sem urgência funcione.....	609
	Conclusões.....	611
	Bibliografia.....	612
<b>35. A AÇÃO AUTÔNOMA DE AUTOCOMPOSIÇÃO</b>		615
<i>Helio Antunes Carlos</i>		
1.	Introdução.....	615
2.	A justiça multiportas e a busca do tratamento adequado do conflito.....	616
3.	As mudanças estruturais do direito processual.....	618
4.	A ação autônoma de autocomposição.....	624
5.	Conclusão.....	629
	Referências bibliográficas.....	629
<b>36. O PAPEL DO JUIZ NA TENTATIVA DE PACIFICAÇÃO SOCIAL APÓS O ADVENTO DO NOVO CPC E A LEI DE MEDIAÇÃO. A IMPORTÂNCIA DAS TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO A SEREM EMPREENDIDAS PELO PRÓPRIO MAGISTRADO. O JUIZ PODE SER CONCILIADOR OU MEDIADOR?</b>		633
<i>José Herval Sampaio Júnior</i>		
1.	Delimitação do tema e considerações iniciais sobre a atividade judicial com vista à obtenção da pacificação social.....	633
2.	Meios consensuais de solução de conflitos e suas vantagens. Da condição de alternativos a preferenciais e obrigatórios.....	637
3.	Distinção entre conciliação e mediação.....	639
4.	Utilização pelo magistrado das técnicas de conciliação e mediação.....	641
5.	Mediação Familiar e desafios contemporâneos .....	649
6.	Limites formais e materiais para o uso da Mediação e Conciliação pelos Juízes.....	655
7.	Considerações finais em arremate .....	658
	Bibliografia.....	660
<b>37. SERVENTIA EXTRAJUDICIAL: POTENCIALIDADES DE UM CENTRO MULTIPORTAS DE GESTÃO DE CONFLITOS</b>		661
<i>Paula Castello Miguel e Ricardo Goretti</i>		
	Introdução .....	662
1.	Sobre o método .....	663
2.	Acesso à justiça: significações e limitações ao exercício de um direito fundamental.....	665
3.	Contornos da crise de administração da justiça no Brasil .....	667
4.	O papel das serventias extrajudiciais no contexto do sistema multiportas brasileiro.....	670
4.1.	Sistema multiportas de gestão de conflitos .....	670

---

4.2	Serviços notariais e de registro .....	673
5.	Potencialidades das serventias extrajudiciais e suas contribuições para a efetivação do acesso à justiça no Brasil.....	676
	Conclusão .....	678
	Referências .....	679
<b>38.</b>	<b>CEJUSC/JT: UMA NOVA REALIDADE, UM NOVO CAMINHO. ANÁLISE DOS AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA POLÍTICA PÚBLICA DE CONCILIAÇÃO EM ÂMBITO TRABALHISTA.....</b>	681
	<i>Roberta de Melo Carvalho</i>	
	Introdução.....	681
1.	Contexto cultural.....	682
2.	Nupemec e Cejusc em âmbito trabalhista e a atuação primordial da Conaproc....	684
3.	A formação.....	685
4.	Código de ética.....	686
5.	A prática e reflexões sobre resultados.....	687
	Conclusão .....	687
	Referências Bibliográficas .....	688
<b>39.</b>	<b>O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A CONCILIAÇÃO NOS PROCESSOS ENVOLVENDO A FAZENDA PÚBLICA.....</b>	691
	<i>Cláudio Penedo Madureira</i>	
1.	Introdução.....	692
2.	Particularidades da celebração de acordos pela Fazenda Pública .....	694
2.1.	O regime jurídico-administrativo e a vinculação dos agentes estatais ao Direito.....	695
2.2.	Reflexos do regime jurídico-administrativo sobre a atuação da Fazenda Pública em juízo.....	699
2.3.	Fundamento constitucional para a disposição sobre direitos e interesses deduzidos pela Fazenda Pública em contrariedade ao Direito.....	706
2.4.	Modalidades de conciliação abertas para a Fazenda Pública: transação ou composição do litígio?.....	708
3.	Exercício teórico de compatibilização do rito processual ao <i>modus operandi</i> da celebração de acordos pela Fazenda Pública.....	711
3.1.	Conciliação em processos envolvendo a Fazenda Pública: autonomia da vontade <i>versus</i> vinculação dos agentes estatais ao Direito .....	712
3.2.	Adequação do rito processual às especificidades da formação da decisão administrativa pela disposição quanto a direitos e interesses deduzidos em juízo pela Fazenda Pública.....	713
3.2.1.	Enfrentamento do tema a partir da tensão entre os princípios da oralidade, da informalidade e do acesso à justiça.....	714
3.2.2.	Impossibilidade teórica de os advogados da Fazenda Pública deliberarem sobre acordos no curso da audiência.....	716
4.	Conclusões.....	726
5.	Referências bibliográficas.....	727

**JUSTIÇA MULTIPORTAS NA LEGISLAÇÃO ESPECIAL****40. DIFFUSING DISPUTES: THE PUBLIC IN THE PRIVATE OF ARBITRATION, THE PRIVATE IN COURTS, AND THE ERASURE OF RIGHTS.....**

733

*Judith Resnik*

1.	Introduction: dispute diffusion .....	734
2.	The public in courts.....	743
3.	The creation and erasure of rights.....	758
4.	Locating the private and the public in arbitration .....	774
4.1.	The Paradigm of Merchants, Contracts, and Consent.....	777
4.2.	From Waffles to Cheerios: Employees, Consumers, and Obligations To Arbitrate.....	779
5.	Metrics of effective vindication, adequacy, and unconscionability.....	789
5.1.	Gateways to Judging Arbitration's Legitimacy .....	789
5.2.	Effective Vindication's Genesis in an "International Commercial Transaction" and Under the Supervision of the Securities and Exchange Commission.....	796
5.3.	Judicial Cost-Benefit Analyses and the Question of Collective Actions .....	798
5.4.	"Mass" Arbitration Clauses Without a Mass of Claims .....	804
5.4.1.	Public Access to, and Confidentiality in, Arbitration.....	805
5.4.2.	Accounting for Individual Consumer and Employee Arbitrations .....	810
5.4.2.1.	Finding the Filings.....	811
5.4.2.2.	Locating the Rules and Fee Structures.....	818
5.4.2.3.	Concerns about Compliance .....	819
5.5.	Contracting for Judges in a Market for Courts.....	819
5.6.	Regulated Arbitrations: Court-Annexed Arbitration in Federal Courts, Agency Supervision, and European Directives.....	821
6.	Conclusion: "nightmarish" scenarios and the constitution of courts .....	825

**41. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM CONTRATO DE ADESÃO E DE CONSUMO .....**

831

*Joel Dias Figueira Júnior*

Referência bibliográfica .....	841
--------------------------------	-----

**42. A ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM ANTES DA CONTESTAÇÃO NO CPC/2015.....**

843

*Suzana Santi Cremasco, Daniel Freitas Drumond Bento e Leonardo Sette Abrantes Fioravante*

1.	Considerações iniciais .....	844
2.	O sistema arbitral brasileiro .....	845
2.1.	Efeitos positivos e negativos da convenção de arbitragem.....	846
2.2.	O princípio da competência-competência.....	847
2.3.	Poder Judiciário e Arbitragem: as raras hipóteses autorizadas de intervenção.....	847
3.	A arbitragem no Código de Processo Civil de 2015 .....	848
3.1.	A falta da exceção de arbitragem .....	849
4.	A necessidade de combate das medidas antiarbitrais no Código de Processo Civil de 2015.....	851

4.1.	Medidas antiarbitrais como violação da boa-fé contratual e processual.....	851
4.2.	A desvinculação da alegação de existência da convenção de arbitragem da contestação como medida efetiva de combate às medidas antiarbitrais....	852
5.	Considerações finais.....	856
6.	Referências.....	857
<b>43. OS “PRINCÍPIOS” DA MEDIAÇÃO E DA CONCILIAÇÃO: UMA ANÁLISE DA RES. 125/2010 DO CNJ, DO CPC/2015 E DA LEI 13.140/2015</b>		859
<i>Ravi Peixoto</i>		
1.	Aspectos iniciais da mediação e da conciliação.....	859
2.	Os princípios e a regulação normativa da mediação e da conciliação .....	862
2.1.	Princípio da independência.....	863
2.2.	Princípio da imparcialidade e da isonomia entre as partes.....	863
2.3.	Princípio da autonomia da vontade.....	864
2.4.	Princípio da confidencialidade.....	865
2.4.1.	Pessoas atingidas pelo dever de confidencialidade .....	866
2.4.2.	Informações protegidas .....	866
2.4.3.	Exceções à confidencialidade .....	866
2.4.4.	Confidencialidade e poder público.....	867
2.4.5.	Dever de informar sobre a confidencialidade.....	868
2.4.6.	Consequências da violação da confidencialidade.....	868
2.5.	Oralidade e informalidade.....	868
2.6.	Decisão informada .....	869
2.7.	Boa-fé .....	869
2.8.	Competência.....	870
2.9.	Respeito à ordem pública e às leis vigentes.....	871
2.10.	Empoderamento e validação .....	872
3.	Conclusão.....	873
<b>44. MEDIAÇÃO</b>		875
<i>Cesar Felipe Cury</i>		
1.	Introdução.....	875
2.	A Constituição Federal, o Pós-Positivismo e o Acesso à Justiça.....	876
3.	Acesso à Justiça, <i>Multi-Door Courthouses e Alternative Dispute Resolution</i> .....	877
4.	Métodos Consensuais como Acesso Democrático à Solução Justa dos Conflitos.....	878
5.	Novos Direitos e a Hiperjudicialização.....	879
6.	Hiperjudicialização, Demandas de Massa e Acesso à Justiça .....	879
7.	Constituição, Jurisdição, Processo e Acesso à Solução Justa – Novos Paradigmas.....	881
8.	Processo Justo e Acesso à Solução Justa .....	883
9.	Solução Justa e Métodos Consensuais.....	884
9.1.	Equivalentes Processuais.....	884
10.	O Processo como <i>Ultima Ratio</i> – Os Limites da Jurisdição .....	885

10.1.	Processo Justo, Métodos Consensuais e Identidade de Princípios .....	885
10.2.	O Resgate da Solução Consensual.....	886
10.3.	Solução Consensual e o Novo Código de Processo Civil.....	887
11.	Lei n. 13140/15 e Mediação Obrigatória .....	888
11.1.	A Constitucionalidade da Mediação Obrigatória.....	888
11.2.	Mediação Obrigatória e Autonomia da Vontade.....	889
11.3.	Mediação Pré-Processual Privada – Centros Judicários de Solução de Conflitos.....	890
12.	<i>Pre-Action Protocols</i> .....	893
13.	Conclusão .....	895
	Bibliografia .....	895
<b>45. A MEDIAÇÃO COMO FORMA DE RECONHECIMENTO E EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO</b>		<b>897</b>
<i>Brunela Vieira de Vincenzi e Ariadi Sandrini Rezende</i>		
1.	Introdução.....	898
2.	A mediação como alternativa de resolução de conflitos.....	898
3.	Conceito de mediação.....	899
4.	Mediação e o Novo Código de Processo Civil.....	899
5.	A emancipação do indivíduo: contribuição da Teoria Crítica.....	900
6.	A luta por reconhecimento de Axel Honneth: o amor, o direito e a solidariedade.....	902
7.	O empoderamento do indivíduo através da mediação.....	904
	Conclusão .....	905
	Referências bibliográficas.....	906
<b>46. MEDIAÇÃO PRIVADA – UM MERCADO EM FORMAÇÃO NO BRASIL</b>		<b>907</b>
<i>Gabriela Assmar e Débora Pinho</i>		
1.	A trajetória da formação de mercado para a mediação privada numa visão sistêmica.....	908
2.	A interdependência entre a mediação privada e a mediação judicial .....	911
3.	O momento de escolher a mediação como método de resolução do conflito .....	913
4.	Oportunidade em tempos de crise .....	915
5.	Os desafios do mercado .....	916
6.	O papel do advogado .....	918
7.	Os primeiros passos para prover serviços de mediação privada .....	919
8.	Conclusão .....	921
<b>47. PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A CONFIDENCIALIDADE E SUAS EXCEÇÕES NA LEI DE MEDIAÇÃO BRASILEIRA</b>		<b>923</b>
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho e Mariana Freitas de Souza</i>		
1.	Considerações iniciais .....	923
2.	Dispositivos da Lei de Mediação .....	924
3.	Confidencialidade nos procedimentos que envolvam o Poder Público .....	927

---

<b>48. A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE VITÓRIA: PROPOSTA DE PARCERIA ENTRE EXECUTIVO E JUDICIÁRIO .....</b>	931
<i>Karime Silva Siviero e Brunela Vieira de Vincenzi</i>	
1. Introdução.....	932
2. Regulamentação e funcionamento do programa .....	932
2.1. O pré-atendimento.....	933
2.2. A Sessão Conjunta .....	935
2.2.1. A questão da imparcialidade .....	936
2.3. As Sessões Privadas.....	937
2.4. A Sessão Conjunta Final e o encaminhamento à Defensoria Pública.....	938
3. Análise de casos mediados pelo programa .....	939
3.1. Primeiro caso: o posicionamento da janela da vizinha.....	939
3.2. Segundo caso: o pensionamento do filho .....	941
3.3. O Impacto Social do Programa.....	943
4. Conclusão.....	945
Referências bibliográficas.....	945
<b>49. MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21) – PRIMEIRAS IMPRESSÕES .....</b>	947
<i>Rafael Maffini</i>	
I. Notas introdutórias .....	947
II. Antecedentes históricos em matéria de meios alternativos de resolução de controvérsias perante a Administração Pública.....	949
III. Do emprego de meios alternativos de resolução de controvérsias em tema de licitações e contratos administrativos.....	952
IV. Questões procedimentais no emprego de meios alternativos de resolução de controvérsias em tema de licitações e contratos administrativos.....	956
V. Notas conclusivas.....	957
VI. Referências bibliográficas.....	958
<b>50. A JUSTIÇA MULTIPORTAS NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DECORRENTES DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LEI 14.133/21 .....</b>	961
<i>Trícia Navarro Xavier Cabral e Frederico Ivens Miná Arruda de Carvalho</i>	
1. Introdução.....	961
2. Justiça multiportas, consensualidade e poder público .....	962
3. Dos variados métodos de solução de conflitos na lei n. 14.133/21 .....	966
4. Dever de solução adequada pela Administração Pública.....	970
5. Conciliação e mediação .....	972
6. Dos comitês de resolução de disputas ( <i>dispute boards</i> ).....	973
7. Da arbitragem .....	975
8. Conclusões.....	977
9. Referências bibliográficas.....	977

<b>51. JUSTIÇA MULTIPORTAS NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....</b>	981
<i>Claudio Madureira</i>	
1. Introdução.....	981
2. A justiça multiportas e a sua recepção pelo direito brasileiro .....	983
3. A resolução de controvérsias relativas a licitações e contratações públicas pelo método autocompositivo.....	986
3.1. A técnica da conciliação.....	987
3.2. A técnica da mediação.....	988
3.3. A distinção conceitual entre a conciliação e a mediação .....	989
4. A resolução de controvérsias relativas a licitações e contratações públicas mediante intervenção de comitês de resolução de disputas ( <i>dispute boards</i> ) .....	991
5. A resolução de controvérsias relativas a licitações e contratações públicas por heterocomposição arbitral.....	992
6. À guisa de conclusão.....	1000
7. Referências bibliográficas.....	1003
<b>52. A MEDIAÇÃO NOS ESPORTES: ASPECTOS GERAIS E O CASO DO TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE (TAS).....</b>	1009
<i>Pedro Fida e Marcos Motta</i>	
1. Introdução.....	1009
2. Esporte: uma complexa indústria.....	1010
3. Tipos de Conflitos Recorrentes nos Esportes .....	1010
3.1. Conflitos Submetidos a Processos Adjudicantes .....	1011
3.2. Conflitos Submetidos a Processos Autocompositivos.....	1012
4. Mediação nos Esportes.....	1013
4.1. Estudo de caso: <i>Woodhall v. Warren</i> .....	1016
4.2. Vantagens da Mediação nos Esportes: Aspectos Gerais .....	1017
5. Tribunal Arbitral do Esporte ("TAS"): Estrutura e Funcionamento .....	1018
6. Mediação no TAS.....	1019
7. Conclusão.....	1021
<b>53. JUSTIÇA RESTAURATIVA E MEDIAÇÃO VÍTIMA-OFFENSOR NO SISTEMA CRIMINAL.....</b>	1023
<i>Ilana Martins Luz</i>	
1. Considerações iniciais: breves comentários sobre o paradigma restaurativo.....	1023
2. Os processos restaurativos .....	1029
2.1. O conceito de mediação.....	1030
2.2. Espécies de mediação.....	1032
3. A mediação e a justiça restaurativa.....	1035
4. Fases de utilização do processo mediativo .....	1040
5. Considerações finais.....	1042
<b>54. A MEDIAÇÃO E OS CONFLITOS DE CONSUMO.....</b>	1045
<i>Guilherme M. Martins</i>	
1. Introdução. A evolução da mediação no Brasil.....	1045

2.	O direito do consumidor como direito fundamental e a viabilidade da aplicação das técnicas alternativas de solução de conflitos.....	1052
3.	A experiência brasileira.....	1054
4.	Conclusão.....	1056
5.	Bibliografia.....	1056
<b>55.</b>	<b>O CONFLITO E A MEDIAÇÃO NAS RELAÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA: UMA NOVA PERSPECTIVA SOB O VIÉS DA ALTERIDADE E DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....</b>	1059
	<i>Camila Stangherlin e Rafael Calmon Rangel</i>	
	Considerações iniciais.....	1059
1.	O acesso à justiça e os meios alternativos para o tratamento de conflitos .....	1060
1.1.	Acesso à Justiça – Breves Considerações .....	1060
1.2.	Mas, afinal, o que é o Conflito?.....	1061
1.3.	Mecanismos Alternativos para o Tratamento de Conflitos.....	1063
2.	A mediação como método eficaz para a solução de conflitos .....	1064
2.1.	A Alteridade como Desafio.....	1067
3.	Relações familiares: a mediação como forma de tratar conflitos em juízo e fora dele.....	1068
	Considerações finais .....	1074
	Referências .....	1074
<b>56.</b>	<b>NOVO CPC, LEI DE MEDIAÇÃO E OS MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES – POR UM MODELO MULTIPORTAS.....</b>	1077
	<i>Dierle Nunes, Natanael Lud Santos e Silva, Walsir Edson Rodrigues Júnior e Moisés Mileib de Oliveira</i>	
1.	A família em (re)construção .....	1078
2.	Especificidades dos conflitos familiares.....	1081
3.	Novo CPC e Modelo Multiportas.....	1083
4.	Lei nº 13.140/2015 .....	1090
5.	Conclusão.....	1093
	Referências bibliográficas .....	1094
<b>57.</b>	<b>BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR.....</b>	1097
	<i>Fernanda Vasconcelos Gueiros Bernardes de Azevedo e Maria Carolina Vargas Simões</i>	
	Introdução .....	1097
1.	O sistema de solução de controvérsias internacionais.....	1099
2.	A convenção das nações unidas para o direito do mar e o sistema de solução de controvérsias.....	1101
2.1.	Limites e exceções à aplicação da Seção 2, relativa aos procedimentos compulsórios conducentes a decisões obrigatórias .....	1107
2.2.	O tribunal internacional para o direito do mar.....	1111
3.	Considerações finais.....	1117

4.	Referências bibliográficas.....	1118
	Abreviaturas e Siglas.....	1121
<b>58. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ELEITORAL</b>		1123
	<i>Armando Antonio Sobreiro Neto e Eduardo Cambi</i>	
1.	Introdução.....	1124
2.	Improbidade administrativa eleitoral.....	1124
3.	Independência das esferas jurídicas e a teoria do diálogo das fontes.....	1128
4.	Compromisso de ajustamento de conduta e meios autocompositivos na Justiça Eleitoral.....	1131
5.	Acordo de não persecução cível na improbidade administrativa eleitoral.....	1133
5.1.	Possibilidade de acordo de não persecução cível na improbidade administrativa.....	1134
5.2.	Legitimidade para a celebração do acordo de não persecução cível na improbidade administrativa.....	1136
5.3.	Elementos do acordo de não persecução cível.....	1137
5.4.	Autonomia da vontade e discricionariedade motivada.....	1139
5.5.	Necessidade de homologação do acordo de não persecução cível.....	1141
5.6.	Acordo de não persecução cível no curso do processo de improbidade administrativa.....	1145
5.7.	Sanções passíveis de negociação no acordo de não persecução de improbidade administrativa eleitoral.....	1148
6.	Conclusão.....	1153
7.	Referências.....	1153
<b>59. O SISTEMA MULTIPORTAS E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE O LIVRE TRÂNSITO DE TÉCNICAS DO PROCEDIMENTO COMUM PARA O PROCEDIMENTO ESPECIAL</b>		1157
	<i>Marcelo Mazzola e Rodrigo Freitas Câmara</i>	
1.	Considerações iniciais .....	1157
2.	O sistema multiportas .....	1159
3.	A interface entre a recuperação judicial e o sistema multiportas .....	1161
4.	Importação de técnicas do procedimento comum para a recuperação judicial..	1164
5.	Conclusão.....	1166
6.	Referências bibliográficas.....	1167
<b>60. A NEGOCIAÇÃO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A LEI Nº 14.112/2020: JUSTIÇA MULTIPORTAS?</b>		1169
	<i>Luis Felipe Spinelli e Otávio Augusto Dal Molin Domit</i>	
<b>61. MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO JUDICIAIS EM CONFLITOS EMPRESARIAIS</b>		1179
	<i>Trícia Navarro Xavier Cabral, Hiasmine Santiago e Renan Sena Silva</i>	
	Introdução .....	1179
1.	Características dos conflitos de natureza empresarial.....	1183

2.	A resposta do CNJ à crise pandêmica.....	1188
3.	O tratamento de conflitos empresariais no CNJ na Lei nº 14.112/2020 .....	1190
4.	A especialização dos conciliadores e mediadores judiciais.....	1194
5.	A formação dos facilitadores em matéria empresarial .....	1195
	Conclusão .....	1198
	Referências bibliográficas.....	1198
<b>62. INCLUSÃO DE REGRAS ESPECÍFICAS NA LEI Nº 11.101/2005 SOBRE O EMPREGO DE MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA</b>		1205
	<i>Antonio Evangelista de Souza Netto e Samantha Mendes Longo</i>	
1.	Introdução.....	1206
2.	Novas regras da Lei nº 11.101/2005 Sobre o emprego da mediação e da conciliação nos processos de recuperação judicial.....	1206
2.1.	Dispositivos específicos sobre mediação e conciliação incluídos na LREF pela reforma .....	1209
2.1.1.	Alcance da incidência das novas normas.....	1209
2.1.2.	Elenco exemplificativo de hipóteses de utilização dos meios autocompositivos .....	1209
2.1.3.	Efeitos jurídicos dos acordos realizados nos procedimentos autocompositivos.....	1210
2.1.4.	Utilização de plataformas digitais .....	1211
2.1.5.	Suspensão dos procedimentos processuais.....	1211
2.1.6.	Obtenção de tutela cautelar de urgência.....	1212
2.1.7.	Negociação ganha-ganha .....	1213
2.2.	Outras disposições da LREF que contribuem para a resolução consensual.....	1214
3.	Regras complementares previstas na recomendação CNJ nº 58/2019 .....	1215
4.	Conclusão .....	1216
	Referências .....	1217
<b>63. MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS COMO UMA DAS PORTAS DE ACESSO E DE SAÍDA DA JURISDIÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES: UMA ANÁLISE DE CASO DO ACORDO FIRMADO NA ADO 25 NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</b>		1219
	<i>Diego Viegas Veras</i>	
1.	Introdução.....	1219
2.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25.....	1221
3.	Métodos autocompositivos como uma das portas de acesso e de saída da jurisdição dos Tribunais Superiores .....	1227
4.	Conclusão .....	1231
	Referências .....	1232
<b>64. AUTOCOMPOSIÇÃO EM CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE</b>		1235
	<i>Hermes Zaneti Jr., Francisco Martinez Berdeal e Daniela Bermudes Lino</i>	
1.	Introdução: a jurisdição como <i>ultima ratio</i> , autocomposição em direitos indisponíveis e o controle de constitucionalidade .....	1235

---

2.	Autocomposição no Supremo Tribunal Federal: possibilidade .....	1240
3.	Perda do objeto e interpretação conforme à Constituição .....	1246
4.	Conclusões parciais.....	1247